

# As fontes em estudos pombalinos: ocorrências em livros e publicações em periódicos

*Nayara Stefanie Mandarinino Silva*

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Curitiba - Paraná - Brasil

nayaramandarino@hotmail.com

*Elaine Maria Santos*

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Aracaju - Sergipe - Brasil

santoselaine@yahoo.com.br

---

**Resumo:** As pesquisas que abordam o período pombalino aparecem, na historiografia da educação no Brasil, em um baixo volume, além de serem marcadas por diversas representações, frequentemente dicotômicas. Nesse sentido, surge a necessidade de uma renovação nos estudos pombalinos. Esta pesquisa<sup>1</sup> busca contribuir com esse propósito, uma vez que objetiva fazer o levantamento das fontes utilizadas em livros e publicações em periódicos por autores brasileiros. Foram encontrados 245 textos, que tiveram suas referências analisadas e classificadas, com base nos conjuntos propostos por Alves (2005), em: obras clássicas, fontes documentais e historiografia, que foi subdividida em teses e dissertações, publicações em periódicos e livros, dicionários e biografias. A historiografia, especialmente livros, concentra o maior número de recorrências nos trabalhos analisados. Percebeu-se, ainda, que poucos autores estudam fontes documentais.

**Palavras-chave:** Colônia. Fontes históricas. Historiografia brasileira.

---

## Introdução

De acordo com Maxwell (1996), o século XVIII em Portugal é marcado pelo governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, que foi ministro do país de 1750 a 1777, após ter exercido funções diplomáticas. A figura é conhecida pelo título que recebeu em 1769, Marquês de Pombal, anos após ter sido nomeado Conde de Oeiras (1759).

Durante seu governo, Pombal promoveu reformas que envolveram diversos âmbitos. Como Carvalho (1978) explica, as reformas pombalinas não são o resultado do trabalho de um único homem – Pombal. São, na verdade, consequentes dos precedentes do reinado de D. João V, assim como da influência de autores como Verney e Ribeiro

---

<sup>1</sup> Este texto apresenta resultados da pesquisa de iniciação científica “O Marquês de Pombal e a instrução pública”, realizada entre 2019 e 2020 na Universidade Federal de Sergipe.

Sanches<sup>2</sup>. O pombalismo, nesse sentido, é considerado “um denominador comum de opiniões” (CARVALHO, 1978, p. 2).

Maxwell (1996) explica que as ações pombalinas são paradoxais e compreendidas de diferentes formas, inclusive no século XVIII, sendo frequentemente levada a extremos: exaltação ou rejeição completa. Franco e Rita (2004, p. 21) afirmam que essa dualidade teve seus primeiros impulsos no reinado de D. Maria I e “transformaram-se, com efeito, em duas correntes culturais associadas a posições políticas e ideológicas bem marcadas ao longo dos últimos dois séculos”. Na historiografia da educação brasileira, é recorrente a visão que compreende as reformas pombalinas como um atraso para a educação, como demonstrado em Silva e Santos (2021). Um exemplo notório dessa visão é a obra de Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira* (1964).

Autores como Bontempi Junior (1995), Fonseca (2009), Vidal e Faria Filho (2003) notam o pouco volume de trabalhos voltados a estudar o período colonial, sendo privilegiados a República e o Império. Fonseca (2009), nesse sentido, defende a necessidade de renovação dos estudos pombalinos e afirma que, para tanto, é preciso que sejam identificadas fontes sobre o período pombalino.

Este trabalho objetiva fazer o levantamento das fontes utilizadas em livros e publicações em periódicos por autores brasileiros. Alinha-se ao projeto internacional, sediado no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) e do qual fazem parte pesquisadores de universidades brasileiras, cujo objetivo é o levantamento de toda a obra escrita sobre ou pelo Marquês de Pombal e a publicação da obra completa do ministro em 32 volumes.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: primeiro, a definição de fontes é discutida, considerando suas mudanças no âmbito da pesquisa histórica. São também mencionados estudos que fazem balanços sobre pesquisas na historiografia brasileira, especialmente os apontamentos acerca do período colonial. Em seguida, os procedimentos metodológicos são explicados, para que, então, sejam apresentados os resultados obtidos. O texto é finalizado com as considerações finais.

---

<sup>2</sup> Autores como Carvalho (1978), Maciel e Neto (2006) e Santos (2010) argumentam que as reformas pombalinas foram um trabalho coletivo, não do Marquês somente. Luís Antonio Verney (1713-1792), autor de obras como o *Verdadeiro Método de Estudar* e considerado um difusor do iluminismo, influenciou as reformas pombalinas da instrução pública, a partir dos ‘novos métodos’ de estudos que propôs. Similarmente, Ribeiro Sanches (1699-1782) também inspirou o conteúdo das reformas, especialmente com sua obra *Cartas para a Educação da Mocidade*, tendo sugerido mudanças no ensino, muitas das quais foram realizadas no governo pombalino.

## As fontes na historiografia nacional

Andreotti (2005) explica que a fonte está associada ao fornecimento e à consulta de informações. O termo ‘fonte histórica’, apesar de ter sido redefinido diversas vezes, pode ser compreendido como “tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano” (BARROS, 2012, p. 130). Nesse sentido, há uma possibilidade imensa de fontes de pesquisa para os historiadores. Essa definição mais ampla do termo foi desenvolvida ao passo que a historiografia também se expandia, abrindo espaço e estabelecendo diálogos com outras áreas do conhecimento, especialmente no século XX. No início do século anterior, era papel do historiador narrar a história e ações, de modo a contribuir com a construção de uma identidade nacional. Essa função, pela perspectiva positivista, passa a ser associada à descoberta da verdade. Nesse sentido, as fontes privilegiadas eram os documentos escritos, como legislações, decretos e alvarás, e todo o teor da lei era visto como o retrato de uma realidade, seguindo-se o pensamento de que, se estava escrito, é porque foi colocado em prática. O entendimento que perpassava o estudo dessas peças legislativas era o de que o pesquisador seria capaz de, de forma neutra, revelar os fatos históricos, utilizando as fontes como ‘provas’ (BARROS, 2012; ROSA, 2011; VIEIRA, 2015).

Com a mudança de paradigma que ocorre no século XX, ressurgem a preocupação com o simbólico, com a subjetividade. A História Cultural desempenha um importante papel nesse movimento de questionamento do paradigma até então vigente nos estudos históricos. Praticada há mais de 200 anos na Alemanha, a História Cultural é redescoberta em 1970. Ela passou por diferentes fases, sendo a mais recente a Nova História Cultural (NHC). De acordo com esta, todo relato histórico é uma produção do historiador construída a partir de representações – conceito central na NHC (BURKE, 2005).

Autores como Carr (1987) e Chartier (2002) defendem a impossibilidade de neutralidade e objetividade em estudos históricos, argumentando que o historiador não pode se separar da sua subjetividade. O último explica que representações<sup>3</sup> perpassam tanto a leitura quanto a criação dos documentos e, portanto, uma relação transparente com a realidade é impossibilitada; além disso, destaca a necessidade do estudo da

---

<sup>3</sup> A representação se refere à construção de significados – intimamente ligada ao cultural e ao social – por meio da linguagem (HALL, 2016).

materialidade das fontes. As fontes, nesse sentido, resultam de processos que envolvem escolhas – (in)conscientes – de quem as (re)produziu e (não) preservou, como explica Le Goff (1996), que também defende a necessidade da investigação das condições de produção.

Como coloca Ragazzini (2001, p. 14), a relação do pesquisador com as fontes é basilar na pesquisa histórica, uma vez que elas

não falam per se. São vestígios, testemunhos que respondem – como podem e por um número limitado de fatos – às perguntas que lhes são apresentadas. A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. [...] A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada.

A pergunta feita às fontes assume papel central na pesquisa, podendo ser necessário utilizar mais de uma fonte para responder ao questionamento e sendo possível revisitar a mesma fonte diversas vezes para responder diferentes questões que surgirem. Dessa maneira, a fonte é questionada, não utilizada como ‘prova’ ou ‘comprovante’ (IVASHITA, 2014). As fontes precisam ser variadas para que possam ser comparadas, contrastadas e questionadas, de modo que olhares diversos sobre o mesmo objeto auxiliem o historiador da educação na construção da sua subjetividade e da sua narrativa.

De acordo com Andreotti (2005), as fontes podem ser primárias e secundárias; um mesmo documento pode ser ambos. As primeiras são produções dos que vivenciaram os acontecimentos, enquanto as segundas configuram-se em informações por “terceiros”. Esses termos classificatórios, no entanto, passam a ser substituídos por fontes diretas e fontes indiretas, como explica Barros (2012, p. 142). O autor ainda acrescenta que “não existem propriamente as fontes diretas quando se trata de uma mediação através do discurso”, considerando a impossível neutralidade e objetividade das fontes.

Brandão (2007) defende a importância do trabalho de levantamento de fontes, chamando atenção para a possibilidade de ampliação de acesso a dados que contribuirão para o desenvolvimento de pesquisas, o que se torna ainda mais necessário, uma vez que foi notado o baixo volume de estudos voltados ao período colonial (BONTEMPI JUNIOR, 1995; FONSECA, 2009).

No que diz respeito aos estudos na historiografia brasileira que abordam esse período, Fonseca (2009, p. 113) explica que eles se debruçam, predominantemente, sobre a ação dos jesuítas e as reformas pombalinas, especificamente no que tange à atividade do Estado e da Igreja. Por esse motivo, “as fontes privilegiadas são as escritas oficiais” provenientes dessas instituições. A autora também destaca que são recorrentes a

abordagem tradicional e a generalista, no sentido de haver uma escassez de trabalhos que se voltem a regiões específicas do país. Ela ainda aponta a importância da diversificação de fontes.

Entendo que o avanço e a inovação no estudo da educação no período colonial resulte da investigação de tais processos e práticas neste duplo movimento, isto é, do encontro entre uma educação escolar de modelo europeu com as referências culturais de outras origens em diversas partes da América portuguesa. Daí a necessidade de uma maior diversificação das fontes, de um movimento em direção àquelas que, muito embora já recorrentes em outros campos da pesquisa histórica, não chamaram a atenção dos historiadores da educação. Esse movimento requer, neste momento, um trabalho árduo de levantamento e identificação de documentos nos principais arquivos depositários de fontes do período colonial, ação indispensável para retirar da sombra informações dispersas e não imediatamente identificadas ao tema da educação, se entendidas numa perspectiva historiográfica de cunho tradicional (FONSECA, 2009, p. 120).

A dificuldade de acesso a fontes é frequentemente colocada como motivo de os estudos não serem mais diversos. Nesse sentido, torna-se mais necessária a identificação e disponibilização dessas fontes.

Bontempi Junior (1995), por sua vez, ao analisar as dissertações e teses desenvolvidas no âmbito da historiografia educacional brasileira entre os anos 1971 a 1988, nota que as fontes documentais providas do Estado são predominantes em todas as obras estudadas, não somente no período colonial.

Este trabalho se debruça sobre as fontes utilizadas especificamente nos estudos que abordam o pombalismo, analisando, para tanto, publicações em periódicos e livros. No tópico seguinte, os procedimentos metodológicos adotados são explicados.

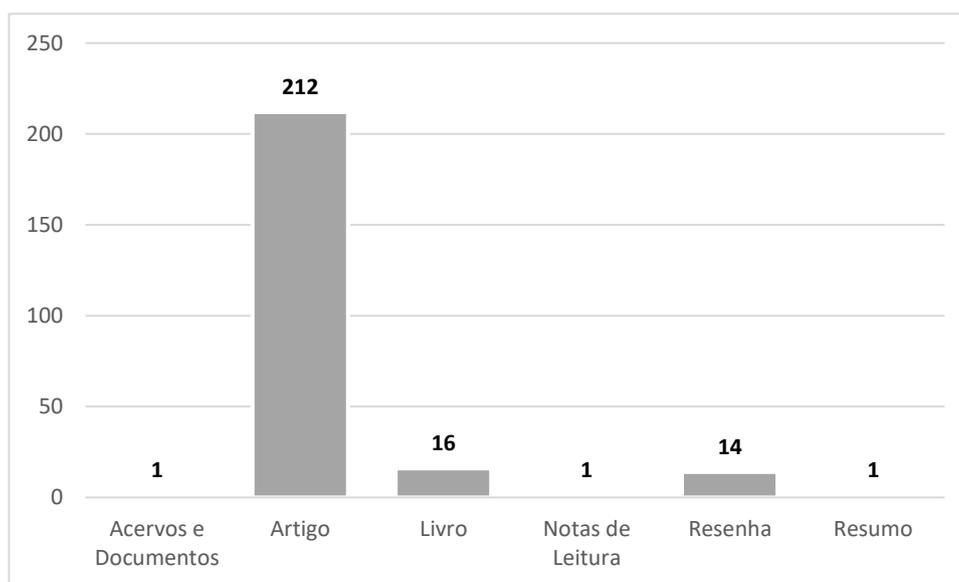
### **Levantamento das publicações e classificação dos resultados**

Inicialmente, foi feito um levantamento de publicações em periódicos e livros. Considerando que o estudo investiga a historiografia educacional brasileira, foram considerados apenas textos de autores brasileiros, eventualmente tendo coautores portugueses e pesquisadores que, apesar de serem nacionais de outros países, estavam atuando como professores visitantes em instituições de ensino superior brasileiras. Para a localização dos trabalhos, foram realizadas pesquisas nas plataformas Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico, por meio das seguintes palavras-chave: 'reformas pombalinas', 'reformas pombalinas na educação', 'Marquês de Pombal' e 'pombalismo'. Os resultados emergentes foram adicionados em uma planilha, sendo encontrados 498 textos – todos foram checados para que não houvesse repetição de

obras. O segundo passo foi separar, desse conjunto mais abrangente, os estudos referentes à Educação, 245 (49,2%).

Então, foram identificadas as fontes utilizadas pelos autores. As referências dos textos foram checadas e colocadas em uma outra planilha, cujos itens são identificação do texto, referência, tipo de referência, ano da referência, autor da referência, tipo de fonte (nesse item, as fontes foram classificadas, conforme será explicado no tópico referente à discussão dos dados), representação associada e observações. Os textos encontrados também foram analisados pelas representações que (re)produziam. Os resultados desse estudo estão disponíveis em Silva e Santos (2021). O item referente a representações associadas foi incluído para que fosse checado se havia relação entre as fontes utilizadas e as representações percebidas nos trabalhos.

Os textos encontrados estão distribuídos entre diversos tipos, sendo artigo (86.53%) o mais recorrente, como mostra o gráfico a seguir.



**Gráfico 1: Tipos de textos**

Fonte: elaboração própria, com base nos dados coletados

Os resultados também estão distribuídos no decorrer dos anos entre 1968 e 2019. Entretanto, os anos 2016 e 2019 contam com mais trabalhos publicados, ambos com 29 textos (11,8% cada). A seguir, o gráfico 2 demonstra essas constatações, apresentando o número de publicações por ano.

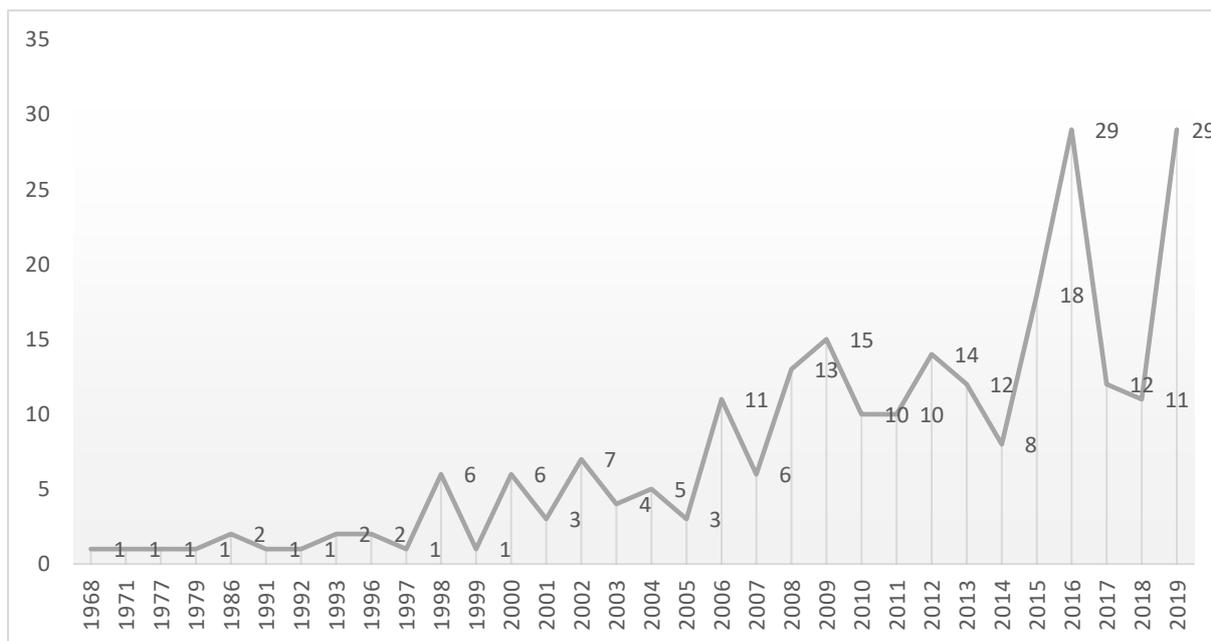
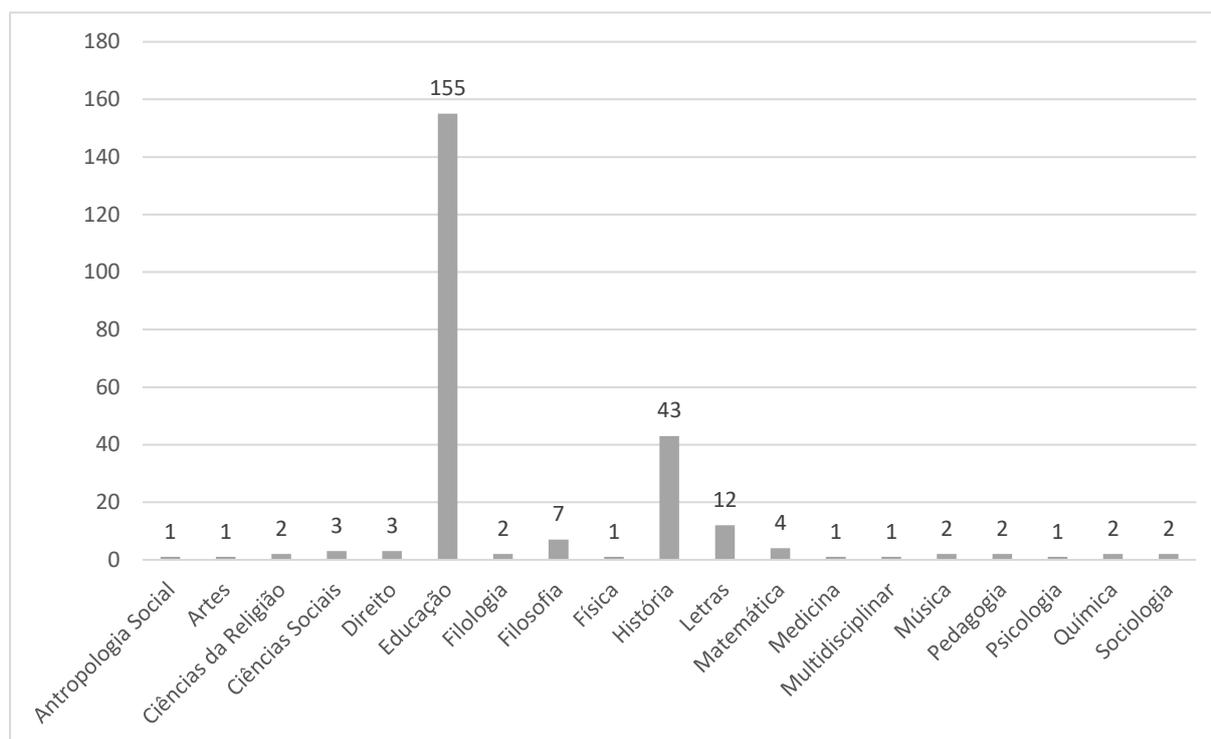


Gráfico 2: ano de publicação

Fonte: elaboração própria, com base nos dados coletados

Também é evidenciado o aumento no volume de estudos, ainda que não estável, especialmente a partir de 2006, com média de 10,7 trabalhos por ano, descartando-se os anos de 2016 e 2019, pela atipicidade, já que englobam os textos publicados em números temáticos em periódicos. No período de 1968 a 2005, a média anual no número de textos sobre essa temática foi na ordem de 1,3 textos. Trata-se de uma média muito baixa, mesmo considerando que o acesso a periódicos on-line era mais restrito, não sendo possível, portanto, incluir os textos publicados somente de forma física. Nesse sentido, os resultados referentes ao tipo de publicação – com a maioria de artigos, amplamente publicados em periódicos on-line, que, por vezes, digitalizam textos publicados de forma impressa – e aos anos das publicações são afetados.

Cabe mencionar, ainda, as áreas de atuação dos autores da publicação, com uma diversidade que inclui 19 áreas de atuação. Como as reformas pombalinas da instrução pública estão relacionadas, diretamente, às questões discutidas pela História da Educação, não é de se estranhar que 155 trabalhos estejam classificados no campo da Educação, e que 85,7% dessas publicações se concentrem nas áreas de Educação, História e Letras, conforme sinalizado no Gráfico 3.



**Gráfico 3: Áreas de atuação**

Fonte: elaboração própria, com base nos dados coletados

Os textos, quando não lidam com as reformas pombalinas na educação de forma geral, tratam das especificidades de área (por exemplo, o tratamento dado à filosofia no período pombalino). A seguir, são discutidas as fontes utilizadas em todos os 245 textos encontrados.

As fontes identificadas nos livros e publicações em periódicos acerca de Pombal foram agrupadas, com base nos conjuntos propostos por Alves (2005), em: obras clássicas, fontes documentais e historiografia, que foi subdividida em teses e dissertações, publicações em periódicos e livros, dicionários e biografias.

De forma geral, nota-se que alguns autores que abordam o período pombalino em seus textos (por exemplo, ALMEIDA; CASTRO, 2019; CASTRO; BALDINO, 2015) não recorrem a produções que tratam especificamente das reformas empreendidas por Carvalho e Melo; referenciam, na verdade, livros que discutem a história da educação no Brasil, de modo abrangente. Esses casos ocorrem em textos cujos temas de pesquisa não dizem respeito a aspectos do pombalismo, mas a trajetórias de disciplinas, por exemplo.

## Obras clássicas

Considerando a proposta de Alves (2005), nas obras clássicas, foram incluídas as publicações cujos autores participaram, de alguma forma, dos acontecimentos da época. Também constam obras anteriores ao período que estão relacionadas às reformas pombalinas, especialmente as que fundamentaram certas escolhas para a instrução pública.

Os autores mais citados foram, respectivamente, António Nunes Ribeiro Sanches – com *Cartas sobre a educação da mocidade*<sup>4</sup>, embora outros textos de sua autoria sejam referenciados – e Luís António Verney – com *Verdadeiro Método de Estudar*, que é a maior influência pedagógica para as reformas pombalinas, segundo Maxwell (1996).

Aparecem, também, referências a obras escritas por John Locke, cujo empirismo inspirou Verney, de acordo com Carvalho (1978), bem como a Immanuel Kant, citado em discussões ligadas ao iluminismo e ao empirismo.

As obras clássicas são utilizadas tanto como fontes diretas (FERREIRA, 2015; NASCIMENTO, 2010), sendo foco da análise, quanto indiretas (CARVALHO JR, 2012; TELES, 2019), usadas em estudos cuja ênfase esteja em peças legislativas ou em reformas voltadas a áreas específicas, por exemplo (ensino de retórica, reformas na Universidade de Coimbra etc.).

## Fontes documentais

Nas fontes documentais, foram incluídas peças legislativas, cartas e correspondências, compêndios, arquivos pessoais, inventários, notícias, mapas, informes, editais e relatórios. Alinha-se, nesse sentido, à NHC, ao defender a ampliação da ideia de documento, de modo a incluir outras produções humanas, além de legislações (VIEIRA, 2015).

Nesse grupo, as peças legislativas são referenciadas mais frequentemente que os outros documentos, com destaque para o Alvará de 28 de junho de 1759. Nota-se ainda que, como já havia percebido Fonseca (2009), as reformas são mais recorrentemente tratadas de forma geral, dada a baixa frequência de referências a documentos relativos a locais específicos. Ademais, as fontes são mais utilizadas como diretas (BRISKIEVICZ,

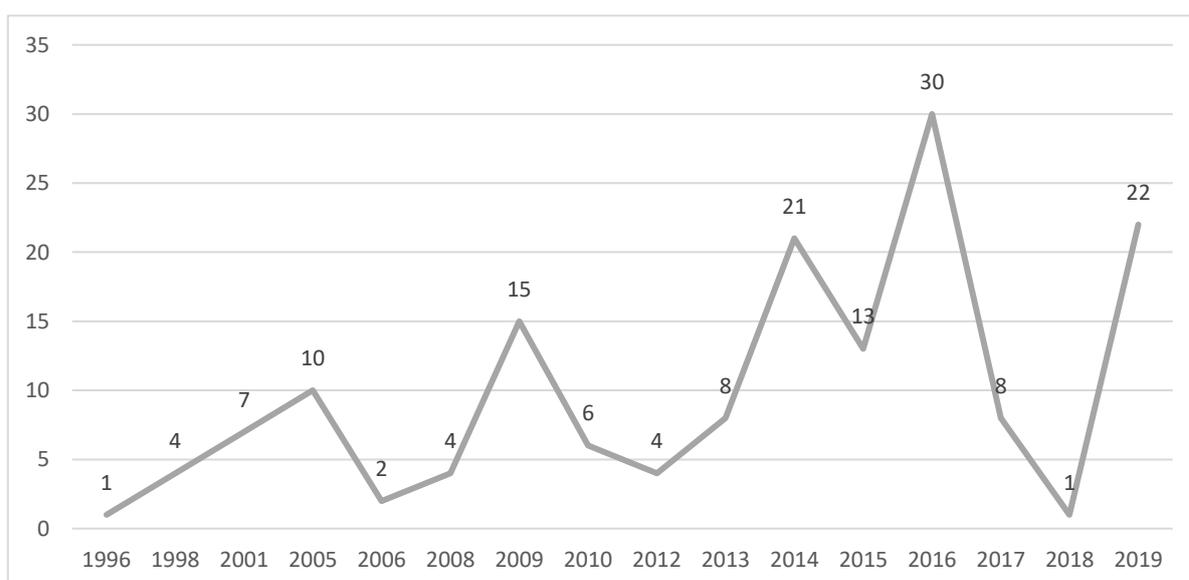
---

<sup>4</sup> Não foram colocados os anos das obras porque elas são citadas em diferentes anos, dadas as publicações em diferentes edições ou por editoras diversas.

2019; CARDOSO, 2009; MARQUES, 2005).

Além disso, uma pequena parte dos livros e publicações em periódicos inclui fontes documentais (cerca de 25%). O que pode significar que, em muitos trabalhos, essas fontes não são relevantes para a pesquisa, considerando as perguntas que os autores buscam responder. Pode ainda indicar, como foi frequentemente notado, que parte dos textos, apesar de tratar de informações que constam nessas fontes, têm base somente nas análises de outros pesquisadores. Com isso, o pesquisador pode perder a oportunidade de fazer sua própria interpretação sobre as fontes, repetindo análises anteriormente feitas. Para que esse resultado seja explorado de forma mais robusta, é necessário investigar os temas de cada publicação no banco de dados e o papel das fontes nas respectivas pesquisas.

Ademais, de forma a analisar a relação entre os anos de publicação e o uso desse tipo de fonte, foi elaborado o gráfico a seguir, que mostra a quantidade de fontes documentais que foram referenciadas nos textos por ano de publicação.



**Gráfico 4: Anos em que as fontes documentais são citadas**

Fonte: elaboração própria, com base nos dados coletados

Uma análise mais detalhada dos dados do Gráfico 4, comparado com o apresentado no Gráfico 3, faz-nos perceber a baixa incidência de fontes primárias em textos publicados nos periódicos brasileiros, mesmo quando foram observadas 30 citações em 2016. Desse modo, a Tabela 1 nos mostra que muitos dos textos publicados não apresentam nenhuma fonte primária. Mesmo nos anos em que os números foram iguais ou superiores a 1, não podemos afirmar que todos os textos apresentaram fontes

primárias, pois um mesmo texto pode ter utilizado mais de uma dessas fontes, aumentando, conseqüentemente, esses valores.

**Tabela 1: Média de quantidade de fontes primárias por texto publicado**

1996	0,5	2009	1	2015	0,7
1998	0,7	2010	0,6	2016	1,0
2001	2,3	2012	0,3	2017	0,7
2005	3,3	2013	0,7	2018	0,1
2006	0,2	2014	2,6	2019	0,8
2008	0,3				

Fonte: elaboração própria, com base nos dados coletados

Destacamos que algumas obras estudam mais de uma fonte; por isso, há concentração maior em alguns anos. De forma geral, não é possível afirmar que há uma relação entre os anos de publicação e o uso de fontes documentais, uma vez que há uma distribuição com início em 1996 e fim em 2019 e que, considerando os resultados do Gráfico 2 e da Tabela 1, as fontes usadas por ano são proporcionais ao número de publicações.

Quanto à localização das fontes, algumas referências citadas estão como anexo nos textos de outras obras, como neste exemplo: “Carta de 19 de fevereiro de 1742, citada em SILVA DIAS, José Sebastião da. Pombalismo e projecto político. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1984. p. 227” (SANTOS, 2014, p. 51). Também há recorrências de obras organizadas por pesquisadores que contém coleções de fontes documentais, como “BOSCHI, C. C. (coord.). Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. v. 1, n. 6402” (BRISKIEVICZ, 2019, p. 23). Essas ocorrências facilitam o acesso a documentos, especialmente àqueles que não foram digitalizados e não podem ser encontrados on-line. A digitalização de documentos é útil, mas algumas questões não podem ser desconsideradas. Há, no Brasil, uma desigualdade de acesso a tecnologias digitais. Além disso, a materialidade da fonte pode não ser mantida em sua originalidade e surge a discussão acerca da atribuição de autoridade e créditos de publicações (ANDREOTTI, 2005).

Alguns projetos contribuem com a facilitação do acesso a fontes documentais sobre o período pombalino, buscando e disponibilizando muitas delas em sites. Como

exemplo, há o Centro de Memória Digital (CMD)<sup>5</sup> e a base de dados ‘*Ius Lusitaniae*. Fontes históricas do Direito Português’, que agora pode ser encontrada na página do projeto ‘O Governo dos Outros. Imaginários Políticos no Império Português (1496-1961)’<sup>6</sup>. A Biblioteca Nacional também disponibiliza diversos documentos relacionados ao Marquês de Pombal no acervo digital<sup>7</sup>. Por fim, há a Biblioteca Digital do Senado<sup>8</sup>, que disponibiliza, inclusive, as coleções de leis do período pombalino, nas quais podem ser encontradas muitas das peças legislativas pombalinas.

Ainda sobre as fontes encontradas nos livros e publicações em periódicos, nota-se certa dificuldade dos pesquisadores em referenciar os documentos. Por exemplo, em “DECRETO de 28 de junho de 1759. In: Decretos e leis de D. José, o I – 1750-1762.” (DAMASCENO, 2014, p. 361), não fica claro de onde a fonte foi tirada (site? Livro? Biblioteca?), o que pode dificultar a localização por parte de outros pesquisadores. Também ocorrem referências que não indicam de que trata o documento citado, como em “Edital de 28 de julho de 1759. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 15 ago, 2015.” (FONSECA, 2016, p. 184), dificultando o trabalho do pesquisador, que precisa acessar a fonte para descobrir se a peça legislativa referendada é de importância para a sua pesquisa.

### **Historiografia: teses e dissertações, publicações em periódicos e livros, dicionários e biografias**

Esta categoria reúne a maior parte das referências; houve, pelo menos, referência a um texto que cabe nesse grupo em todas as publicações analisadas. Dada a extensão dos resultados do levantamento, serão mencionados apenas alguns exemplos – especificamente, as obras mais citadas – de cada subgrupo dentro da categoria.

As teses e dissertações são muito pouco citadas, o que fica mais evidente quando há comparação com os outros subgrupos dentro de historiografia. Uma explicação possível é o fato de muitos autores publicarem seus estudos em forma de livro. Aparecem relatórios de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado (mais recorrente) e livre docência. A produção mais referenciada, com seis citações, é a tese de doutorado de Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, *A instituição das línguas vivas no*

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/>

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=arquivo>

<sup>7</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>

*Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*, defendida em 2006.

As publicações em periódicos e livros, especialmente os últimos, são as mais citadas entre todas as fontes. O autor mais mencionado é Laerte Ramos de Carvalho, com a segunda obra mais citada, *As reformas pombalinas da instrução pública*, publicada em 1978, aparecendo nas referências de 47 textos (19,2%). Outros textos do autor também aparecem. Ele é, de acordo com Alves (2005), um dos pioneiros em pesquisas em História da Educação e o pioneiro em estudos sobre as reformas pombalinas. O texto mais referenciado, com 48 referências (19,6%), é *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo, considerada como a “obra mais influente e referida sobre a origem e o processo de produção da escola no Brasil” (ALVES, 2005, p. 15). Como Alves (2005) explica, as considerações de Azevedo foram, por muito tempo, entendidas como inquestionáveis, o que resultou em citações acríticas à obra. Nela, poucas páginas abordam as reformas pombalinas e Pombal é representado como destruidor da educação e da unidade jesuíta, deixando uma lacuna que não pôde preencher (FERREIRA, 2001).

Destacam-se, ainda, António Alberto Banha de Andrade, com *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, com 33 referências (13,46%), publicada em 1978 e, Francisco José Calazans Falcon, com *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, citado tanto pela primeira (1982) quanto pela segunda edição (1993), totalizando 27 citações (11%).

No que diz respeito aos dicionários, eles são referenciados de forma mais difusa, ou seja, não há concentração no número de citações a uma obra específica. Aparecem, por exemplo, o *Dicionário ilustrado da história de Portugal* (1993), o *Dicionário de conceitos históricos*, de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2006) e o *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*, de Ronaldo Vainfas (2000).

Por fim, quanto a biografias de Carvalho de Melo, a obra mais citada (30 vezes – aparece em 12,24% dos trabalhos) é *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo* (1996), de Kenneth Maxwell.

### Considerações finais

Após o levantamento de publicações em periódicos e livros através do Google Acadêmico e do Portal de Periódicos CAPES, foram identificados 245 textos, sendo, em sua maioria, artigos. As obras estão distribuídas no decorrer dos anos; porém, há um maior número de resultados em anos mais recentes, o que pode se dever ao fato de que a

pesquisa ocorreu somente em ambientes digitais. Nesse sentido, surge a necessidade de realizar o levantamento de obras físicas.

No que diz respeito às fontes, para que fossem analisadas, foram estudadas as referências das publicações encontradas. Essas fontes foram classificadas em obras clássicas, fontes documentais e historiografia (com os subgrupos teses e dissertações, publicações em periódicos e livros, dicionários e biografias). Foram mais referenciados livros de estudiosos que se debruça(ra)m sobre as reformas pombalinas; porém, Fernando de Azevedo, com uma obra que aborda a educação de forma geral, como introdução ao censo de 1940, foi o segundo autor mais citado, o que revela seu impacto nos estudos acerca dessa temática. Essa constatação pode estar relacionada à recorrência, em trabalhos sobre as reformas pombalinas na historiografia, de sua representação que associa o pombalismo à ideia de fracasso e retrocesso. Considerando o elevado número de referências a *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo, é preciso estudar o impacto da obra nos estudos pombalinos. Tal fato deve ser levado em consideração, principalmente quando lembramos que Azevedo havia afirmado que o período colonial foi um verdadeiro “hiato”, não merecedor de maiores estudos e análises (AZEVEDO, 1964).

As obras clássicas, por sua vez, são utilizadas tanto como fontes diretas quanto indiretas e incluem textos de autores que influenciaram os ideais pombalinos, como Sanches e Verney. No que tange às fontes documentais, percebe-se que poucos autores a consultam, dado o baixo número de referências a elas. Entre as citações existentes, a legislação aparece mais que as outras.

Considerando o caráter preliminar do levantamento realizado, espera-se que ele continue sendo realizado em outros ambientes digitais e/ou físicos, além dos que foram consultados nessa pesquisa. Cabe, ainda, ampliar o trabalho de forma a incluir publicações em anais de eventos e relatórios de pesquisa, através dos quais podem ser localizadas outras fontes documentais.

Além disso, uma vez que a maior parte das pesquisas se debruça sobre as reformas de modo geral, nota-se que é preciso considerar os desdobramentos locais do pombalismo.

---

#### SOURCES IN POMBALINE STUDIES: OCCURRENCES IN BOOKS AND JOURNAL PUBLICATIONS

**Abstract:** Researches that approach the pombaline period appear in a low volume within education historiography in Brazil; in addition, they are marked by diverse representations, which are often dichotomic. In this sense, there is a need to renew pombaline studies. This research seeks to contribute to such purpose, given that it aims to gather sources used in books and journal publications authored by Brazilians. 245 texts were found. Their references were analyzed and classified, based on the groups Alves (2005) proposes, in classical works, documental sources, and historiography. The latter was subdivided in theses and dissertations, publications in journals and books, dictionaries, and biographies. Historiography, especially books, concentrates more recurrences within the works analyzed. Moreover, few authors study documental sources.

**Keywords:** Colony. Historical sources. Brazilian historiography.

---

---

#### LAS FUENTES EN LOS ESTUDIOS POMBALINOS: APARICIONES EN LIBROS Y PUBLICACIONES EN REVISTAS

**Resumen:** Las investigaciones que abordan el período pombalino aparecen, en la historiografía de la educación brasileña, a un volumen bajo, además de estar marcadas por varias representaciones, a menudo dicotómicas. En este sentido, existe la necesidad de una renovación en los estudios pombalinos. Esta investigación pretende contribuir a este propósito, ya que tiene como objetivo hacer un balance de las fuentes utilizadas en libros y publicaciones de revistas por autores brasileños. Se encontraron 245 textos, cuyas referencias fueron analizadas y clasificadas, a partir de los conjuntos propuestos por Alves (2005), en: obras clásicas, fuentes documentales y la historiografía, que se subdivide en tesis y disertaciones, publicaciones en revistas y libros, diccionarios y biografías. La historiografía, especialmente los libros, concentra el mayor número de recurrencias en las obras analizadas. También se observó que pocos autores estudian las fuentes documentales.

**Palabras clave:** Colonia. Fuentes históricas. Historiografía brasileña.

---

#### Referências

ALMEIDA, J. Q.; CASTRO, A. Os instrumentos do trabalho didático na Educação Brasileira. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, Marília, v. 5, n. 1, p. 61-74, jan./jun. 2019.

ALVES, G. L. As Reformas Pombalinas da Instrução Pública no Brasil Colônia: mapeamento prévio para a produção do estado da arte em história da educação. Projeto 20 anos de HISTEDBR: *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Faculdade de Educação, UNICAMP, São Paulo, 2005. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_043.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_043.html). Acesso em: 13 mar. 2020.

ANDREOTTI, A. L. Acervo de fontes de pesquisa para a história da educação brasileira: características e conteúdo. Projeto 20 anos de HISTEDBR: *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Faculdade de Educação, UNICAMP, São Paulo, 2005. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_024.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_024.html).

Acesso em: 08 abr. 2020.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BARROS, J. D'A. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Minas Gerais, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011.

BRANDÃO, I. C. de J. Pesquisa em fontes primárias: algumas reflexões. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. 28, p. 131-144, dez. 2007.

BRISKIEVICZ, D. A. Os ícones do poder disciplinar e a educação colonial brasileira a partir do serro/mg, de 1759 a 1807. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 19, p. 1-27, 2019.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CARDOSO, T. F. L. Profissão docente: percepções no mundo luso-brasileiro (1759-1822). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 36, n. 22, p. 163-180, set./dez. 2009.

CARR, E. H. **What is history?** 2 ed. London: Penguin, 1987.

CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.

CARVALHO JR., E. T. de. A ideia de atraso e o papel da educação na modernização portuguesa da segunda metade do século XVIII. **e-hum**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 25-44, out. 2012.

CASTRO, R. M. M. de; BALDINO, J. M. O Ensino Religioso no Brasil: a constituição de campo disputado. **REVER**, [S.l.], n. 02, p. 67-79, jul./dez 2015.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

DAMASCENO, A. Notas sobre a reforma pombalina da instrução em Portugal e na América portuguesa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 60, p. 346-362, 2014.

FALCON, F. C. **A época pombalina**. São Paulo: Ática, 1993.

FERREIRA, B. F. L. A importância do método crítico na renovação dos estudos católicos em Portugal: o caso de Luís António Verney. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, p. 226-243, abr. 2015.

FERREIRA, L. W. Um olhar escolanovista sobre a educação brasileira. **Educação e Filosofia**, [S.l.], v. 15, n. 29, p. 77-93, jan./jun. 2001.

FRANCO, J. E.; RITA, A. **O mito do Marquês de Pombal: a mitificação do primeiro-ministro de D. José pela maçonaria**. Lisboa: Prefácio, 2004.

FONSECA, T. N. de L. e. Historiografia da educação na América Portuguesa: balanço e perspectivas. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 14, n. 14, p. 111-124, 2009.

FONSECA, T. N. de L. e. Circulação e apropriação de concepções educativas: pensamento ilustrado e manuais pedagógicos no mundo luso americano colonial (séculos XVIII-XIX). **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 167-185, set. 2016.

HALL, S. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

IVASHITA, S. B. Fontes para a História da Educação: a importância dos arquivos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 58, p. 68-77, set. 2014.

MACIEL, L. S. B.; NETO, A. S. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006.

MARQUES, V. R. B. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 21, n. 25, p. 39-57, oct. 2005.

MAXWELL, K. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NASCIMENTO, J. C. do. Duas cartas de Luís Antonio Verney: o Verdadeiro Método de Estudar e a reforma pombalina. In: OLIVEIRA, L. E. (Org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 147-164.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? Tradução de Carlos Eduardo Vieira. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 13-28, 2001.

SANTOS, A. C. A. As Ciências não podem florescer sem que o estado se aperfeiçoe: reformas do ensino no setecentos português. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 60, p. 39-63, jan./jun. 2014.

SANTOS, E. M. **As reformas pombalinas e as gramáticas inglesas: percursos do ensino de inglês no Brasil (1759-1827)**. 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Núcleo de Pós-Graduação em Letras, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2010.

SILVA, N. S. M.; SANTOS, E. M. Public instruction in the pombaline period: within representations. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 26, e260091, 2021.

TELES, T. V. S. O comércio nas reformas pombalinas da instrução. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão, v. 5, n. 15, p. 39-50, set. dez. 2019.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

VIEIRA, A. M. D. P. A história cultural e as fontes de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. 61, p. 367-378, 2015.

---

#### SOBRE AS AUTORAS

**Nayara Stefanie Mandarinino Silva** é mestranda em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); membro do Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de internacionalização da Educação Superior (GPLIES).

**Elaine Maria Santos** é doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); professora adjunta II da Universidade Federal de Sergipe (UFS), membro do Núcleo de Estudos de Cultura (NEC) da UFS e coordenadora nacional do programa Idiomas sem Fronteiras - Inglês.

---

Recebido em 13/01/2022

Aceito em 20/07/2022